JOÃO MARTINS

ODEMIRA | MONCHIQUE

RELATÓRIO DE ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA PÓS-INCÊNDIO



JOÃO MARTINS

ODEMIRA | MONCHIQUE

RELATÓRIO DE ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA PÓS-INCÊNDIO

Edição | Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Elaboração | Direção Regional de Conservação da Natureza e Florestas do Alentejo e Divisão de Gestão do Programa de Fogos Rurais

Fotografia capa | Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Data edição | 6 de outubro de 2021

O presente documento encontra-se disponível em www.icnf.pt

ÍNDICE

1 Introdução 2
2 Caraterização da área percorrida pelos incêndios 4
3 Medidas para estabilização de emergência 6
4 ANEXOS 8
ANEXO I – Mapas 8
ANEXO II - Principal legislação e regulamentação aplicável 18

1 INTRODUÇÃO

No mês de agosto de 2021, entre os dias 18 e 19, ocorreu um incêndio florestal de grande dimensão, que teve o seu início em João Martins e afetou 914 hectares nos concelhos de Odemira e Monchique, nos distritos de Beja e de Faro, respetivamente.

A elaboração de um relatório de estabilização de emergência é justificada, nos termos da legislação em vigor, pelos fortes impactes do incêndio na paisagem, no funcionamento dos ecossistemas e nas atividades humanas (que em grande medida se baseiam no setor primário e, crescentemente, no turismo em espaço rural) e pelo histórico de incêndios florestais registados desde 1975, de que se salienta o grande fogo de 2003, além da proximidade do incêndio de Monchique em 2018.

O fogo é um fator ecológico desde sempre presente nos ecossistemas ibéricos e um poderoso modelador da paisagem. Neste contexto, entende-se como *recuperação de áreas ardidas*,

> "As atividades realizadas com vista a garantir que as áreas ardidas venham a assegurar os fluxos de bens e serviços necessários à manutenção das condições ecológicas dos espaços afetados e das condições socioeconómicas das populações envolventes".

A recuperação abrange duas dimensões, a *biofísica* e a *socioeconómica*, sendo que no âmbito da primeira componente são usualmente distinguidas 4 fases no processo de recuperação de uma área ardida, as quais por vezes podem ser simultâneas:

- 1.ª **Avaliação dos efeitos do incêndio**, incluindo todas as ações no âmbito da delimitação e caracterização do problema, nomeadamente no que respeita à cartografia da área afetada, grau de severidade do incêndio, identificação dos danos imediatos e de longo prazo e dos impactes socioeconómicos. Muitas vezes esta fase inicia-se ainda durante a ocorrência do incêndio e termina nas semanas imediatas;
- 2.ª **Estabilização de emergência**, na qual se executam as ações, no *muito curto prazo* (nas semanas seguintes), no âmbito da proteção das bacias hidrográficas e do solo e, por exemplo, das medidas de emergência para a salvaguarda da vegetação e da fauna com especial valor de conservação e com impacte na segurança das infraestruturas. Pretende-se aqui reconhecer eventuais ameaças iminentes à vida e segurança humanas, às propriedades e bens e a recursos naturais ou culturais relevantes e executar ações imediatas, tecnicamente ajustadas, para a eliminação ou mitigação dos riscos identificados;
- 3.ª **Reabilitação**, envolvendo sobretudo atividade a executar no *curto e médio prazos* no âmbito da proteção das bacias hidrográficas, do solo, da recuperação de salvados e da vegetação e da fauna (incluindo a cinegética), muitas associadas à monitorização da resposta dos ecossistemas e às medidas corretivas que dela derivem, no prazo de 2-3 anos após o incêndio;
- 4.ª **Recuperação de longo prazo**, com todas as ações de planeamento e intervenção que assegurem a recuperação sustentável das áreas ardidas no *longo e muito longo prazos*, desenvolvidas normalmente após 2-3 anos depois da ocorrência do incêndio. Para este efeito existem várias medidas de política florestal que visam garantir um adequado enquadramento institucional e gestionário, de que se salientam as zonas de intervenção florestal (ZIF) e as áreas integradas de gestão da paisagem (AIGP).

O presente relatório, realizado em estreita cooperação com as autarquias locais e com associações de caçadores do concelho de Odemira, visa dar resposta às necessidades de intervenção de emergência, cobrindo principalmente os pontos 1 a 3 acima referidos, dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, e no Despacho n.º 9716-A/2017, de 7 de novembro, e bem assim às resoluções do Conselho de Ministros n.^{os} 45-A/2020, de 16 de junho, e 71-A/2021, de 8 de junho (Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais).

Considerando a existência de instrumentos de apoio a situações de emergência, nomeadamente os referidos na Portaria n.º 134/2015, de 18 de maio, da Operação 8.1.4. "Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos" no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural PDR 2020, procedeu-se à elaboração do presente relatório onde são identificadas as intervenções necessárias à estabilização de emergência dos ecossistemas afetados e à remoção do material ardido, para que posteriormente se proceda à recuperação do potencial produtivo, tendo em vista a reposição e sustentabilidade dos valores ecológicos afetados. Está prevista para setembro de 2021 a abertura de concurso à Medida 8.1.4. (http://www.pdr-2020.pt/Centro-de-informacao/Noticias/Plano-de-abertura-de-novos-concursos-para-2021)

Assim, pretende este relatório enquadrar a situação ocorrida e simultaneamente, perspetivá-lo como fundamento para execução de medidas de estabilização de emergência passíveis de serem executadas.

2 CARATERIZAÇÃO DA ÁREA PERCORRIDA PELOS INCÊNDIOS

O incêndio de **João Martins** localiza-se na região sul de Portugal Continental, entre as latitudes 37º 26' 37''N e 37º 22' 55''N e longitudes 08º 34' 49''W e 08º 30' 01''W. A área está inserida nas regiões NUTS II Alentejo e NUTS III Alentejo Litoral, também uma pequena parte na NUTS II e NUTS III Algarve, mais propriamente na transição na bacia hidrográfica do rio Mira, com zona vulgarmente designada de Barlavento Algarvio.

O alerta do incêndio de **João Martins** foi dado no dia **18-08-2021** às 13h14, sendo dado como extinto no dia seguinte, **19-08-2021,** pelas 18h40, contabilizando um total de área ardida de **914 hectares**, entre floresta (603 ha), matos e pastagens (272 ha) e áreas agrícolas (39 ha). Este incêndio foi registado na plataforma SGIF com o código de ocorrência **AT321313** e o código ANEPC **20210020019189**.

O incêndio percorreu ainda áreas da Rede Natura 2000 afetando a ZEC e a ZPE de Monchique (PTCON0037). Tendo em conta a sobreposição da área de ZEC e ZPE no total contabilizam-se 447 hectares de Rede Natura 2000 afetada pelo incêndio (441 hectares em Odemira e 6 hectares em Monchique).

A delimitação do perímetro do incêndio para efeitos de análise cartográfica teve por base as imagens do Satélite Sentinel-2.

Área ardida por limite administrativo

Distrito	Concelho	Freguesia	Área ardida (ha)	Área total (ha)	Área ardida (%)
Beja	**Odemira**	**Total concelho**	**908**	**172060**	**0,53%**
		Sabóia	908	15542	**5,84%**
Faro	**Monchique**	**Total concelho**	**6**	**39530**	**0,02%**
		Alferce	6	9612	**0,06%**

Área ardida por classe de ocupação do solo (COS 2018)

Ocupação do solo	Espécie	Área parcial (ha)	Área total (ha)
Floresta	Sobreiro	**171**	**603**
	Pinheiro manso	**15**	
	Eucalipto	**396**	
	Outras folhosas	**21**	
Matos e Pastagens			**272**
Agricultura			**39**
Total			**914**

Dados de Incêndio – Município de Odemira, freguesia de Sabóia (COS 2018)

Ocupação do solo	Espécie	Área parcial (ha)	Área total (ha)
Floresta	Sobreiro	**171**	**599**
	Pinheiro manso	**15**	
	Eucalipto	**392**	
	Outras folhosas	**21**	
Matos e Pastagens			**270**
Agricultura			**39**
Total			**908**

Dados de Incêndio – Município de Monchique, freguesia de Alferce (COS 2018)

Ocupação do solo	Espécie	Área parcial (ha)	Área total (ha)
Floresta	Sobreiro	**0**	**4**
	Pinheiro manso	**0**	
	Eucalipto	**4**	
	Outras folhosas	**0**	
Matos e Pastagens			**2**
Agricultura			**0**
Total			**6**

Como apoio à caracterização e planeamento das ações foram desenvolvidos os seguintes cartogramas:

- Carta 01 – Carta de Enquadramento
- Carta 02 – Carta de Enquadramento sobre ortofotomapa
- Carta 03 – Carta de altimetria
- Carta 04 – Carta de declives
- Carta 05 – Carta de sub-bacias e RPFGC planeada
- Carta 06 – Carta de ocupação do solo
- Carta 07 – Carta de recorrência de incêndios (1975-2019)
- Carta 08 – Carta de Perigosidade de incêndio de 2020
- Carta 09 – Carta de Severidade (dNBR)

3 MEDIDAS PARA ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA

As necessidades de intervenção foram avaliadas previamente em gabinete, tendo sido utilizada uma metodologia expedita de identificação de zonas com maior potencial de erosão/dano. A metodologia assenta na análise combinada de vários fatores, nomeadamente a severidade de incêndio, declives, ocupação do solo, áreas com estatuto de proteção, linhas de água, rede viária e pontos de água.

Esta análise de gabinete serviu de base para uma validação de terreno efetuada por técnicos do ICNF que permitiu aferir com mais rigor as áreas e infraestruturas com necessidades de intervenção. Tendo em conta a área ardida residual no concelho de Monchique, não serão apresentadas medidas de estabilização para este concelho.

Em seguida, apresentam-se as fichas de identificação de necessidades de intervenções de estabilização de emergência pós-incêndio (operações com escala territorial relevante, segundo o estipulado no Despacho n.º 9716-A/2017, de 7 de novembro), estratificadas por concelho, que se encontram estruturadas em quatro tipologias de intervenção:

- Recuperação de infraestruturas afetadas;
- Controlo da erosão, tratamento e proteção de encostas;
- Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água;
- Diminuição da perda de biodiversidade.

Ficha: GLOBAL

Ficha de identificação de necessidades de intervenções de estabilização de emergência pós-incêndio

(operações com escala territorial relevante - Portaria nº 134/2015, artigo 21º)

1- Incêndio (mapa do incêndio)

Id: 2021_003

Área (ha)	914	Data Inicio	18/08/2021
Concelho(s)	ODEMIRA	Data Fim	
Distrito(s)	BEJA	NUTS III	ALENTEJO LITORAL

2 - Parcelas de intervenção

Área (ha)	914
Freguesia(s)	Sabóia
Concelho(s)	ODEMIRA

Elemento fisiográfico do terreno

Encostas	x
Linhas de água	x
Rede viária	x
Redes DFCI	x
Outro	x

3- Tipo de intervenção

Recuperação de infraestruturas afectadas	**Unidade**	**Quantidade**	**Valor unitário(€)**	**Valor total (€)**
Recuperação de troços de rede primária e secções da rede secundária de FGC	hectare	57,00	650,00 €	37 050,00 €
Recuperação de pontos de água	n.º	5	1 300,00 €	6 500,00 €
Substituição de sinalização danificada de caça e pesca	n.º	300	5,00 €	1 500,00 €
Substituição de sinalização danificada	n.º	11	100,00 €	1 100,00 €
Recuperação e tratamento de rede viária	km	25,00	925,00 €	23 125,00 €
Intervenções complementares de recuperação de pontos de água	n.º	5	1 300,00 €	6 500,00 €
Recuperação de vedações para proteção dos povoamentos contra ação do gado	km	20,00	2 500,00 €	50 000,00 €
			Subtotal:	**125 775,00 €**
Controlo da erosão, tratamento e proteção de encostas				
Aquisição ou corte e processamento de resíduos orgânicos/florestais	hectare	321,00	400,00 €	128 400,00 €
Instalação de barreiras de resíduos florestais, troncos e outros	hectare	362,20	650,00 €	235 430,00 €
Abertura de regos segundo curvas de nível	hectare	232,80	200,00 €	46 560,00 €
			Subtotal:	**410 390,00 €**
Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água				
Regularização do regime hidrológico das linhas de água	hectare	8,00	1 150,00 €	9 200,00 €
Obras de correção torrencial de pequena dimensão	n.º	50	3 000,00 €	150 000,00 €
Intervenções complementares de regularização do regime hidrologico das linhas de água, nomeadamente instalação de vegetação ripicola	hectare	15,00	1 950,00 €	29 250,00 €
Obras complementares de correção torrencial de pequena dimensão	n.º	58	1 500,00 €	87 000,00 €
			Subtotal:	**275 450,00 €**
Diminuição da perda de biodiversidade				
Instalação de abrigos e comedouros para a fauna selvagem	n.º	100	50,00 €	5 000,00 €
Instalação de elementos de descontinuidade, tais como faixas de gestão de combustíveis ou faixas de arvoredo de alta densidade	hectare	25,00	800,00 €	20 000,00 €
Controlo de espécies invasoras lenhosas	hectare	91,00	800,00 €	72 800,00 €
			Subtotal:	**97 800,00 €**
			Total:	**909 415,00 €**

4- Observações:

Os valores apresentados são resultantes da análise de dados com recurso a Sistema de Informação Geográfica (SIG) e com o apoio dos representates das Zonas de Caça afetadas por parte do GTF.

Alguns valores foram ajustados pelo Chefe de núcleo de coordenação sub-regional de gestão de fogos rurais do Alentejo Litoral com base em elementos de SIG.

4 ANEXOS

ANEXO I – Mapas



Legenda

- Perímetro incêndio
- Limite de concelho

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de João Martins (Odemira)
(18-08-2021)
Carta de enquadramento
(Série Cartográfica 1:50000)

Fonte: ICNF e DGT	Esc:1:30 000
Data: 31 de agosto 2021	**01-A3**

0 0,5 1 km

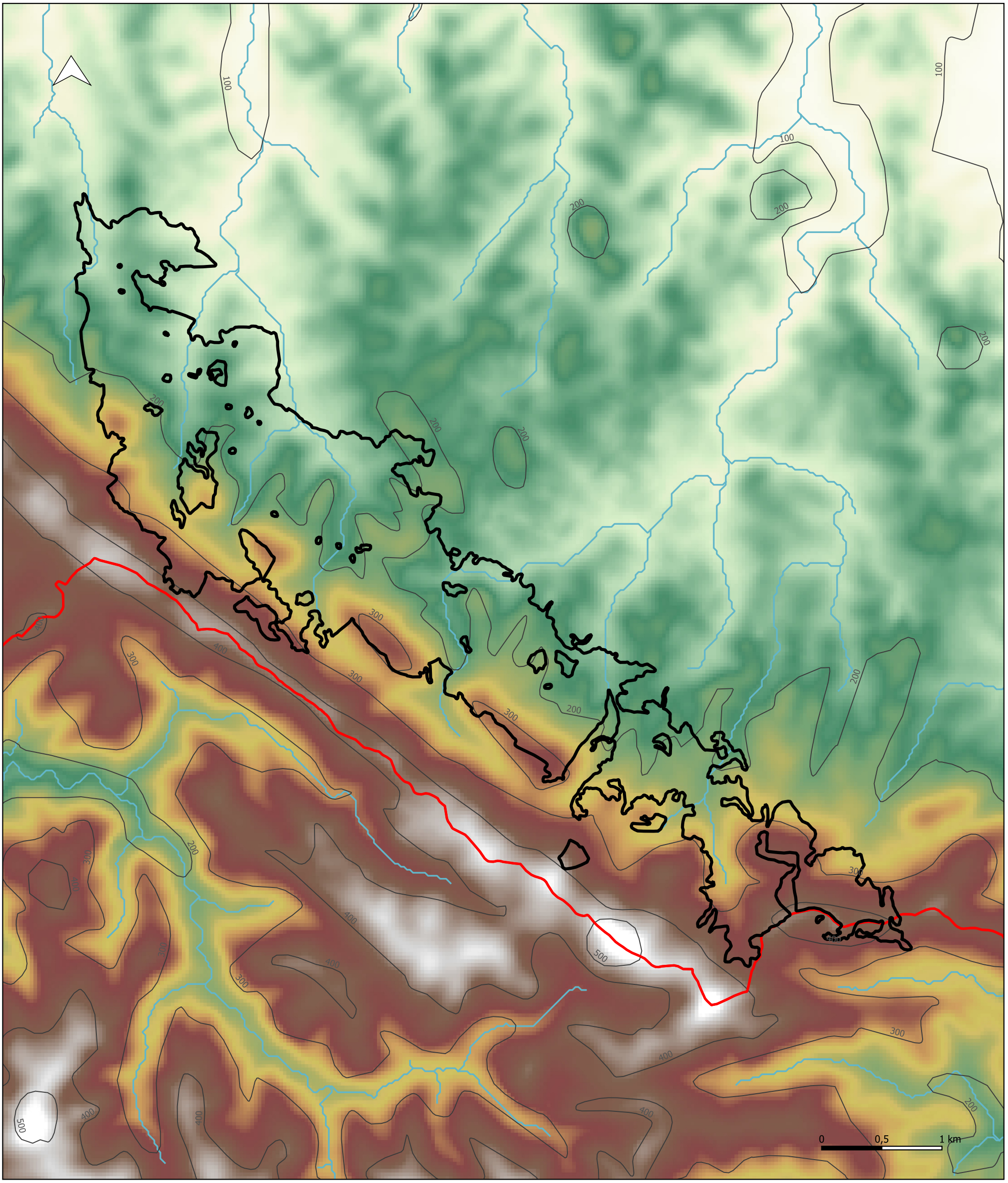
Legenda

- Perímetro incêndio
- Rede viária (OSM)
- Linhas de água
- Concelho

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de João Martins (Odemira)
(18-08-2021)
Carta de enquadramento sobre ortofotomapa

Fonte: ICNF	Esc:1:30 000
Data: 31 de agosto 2021	**02-A3**



Legenda

Modelo Digital de Terreno

10m

500m

Curvas de nível (100m)

Linhas de água

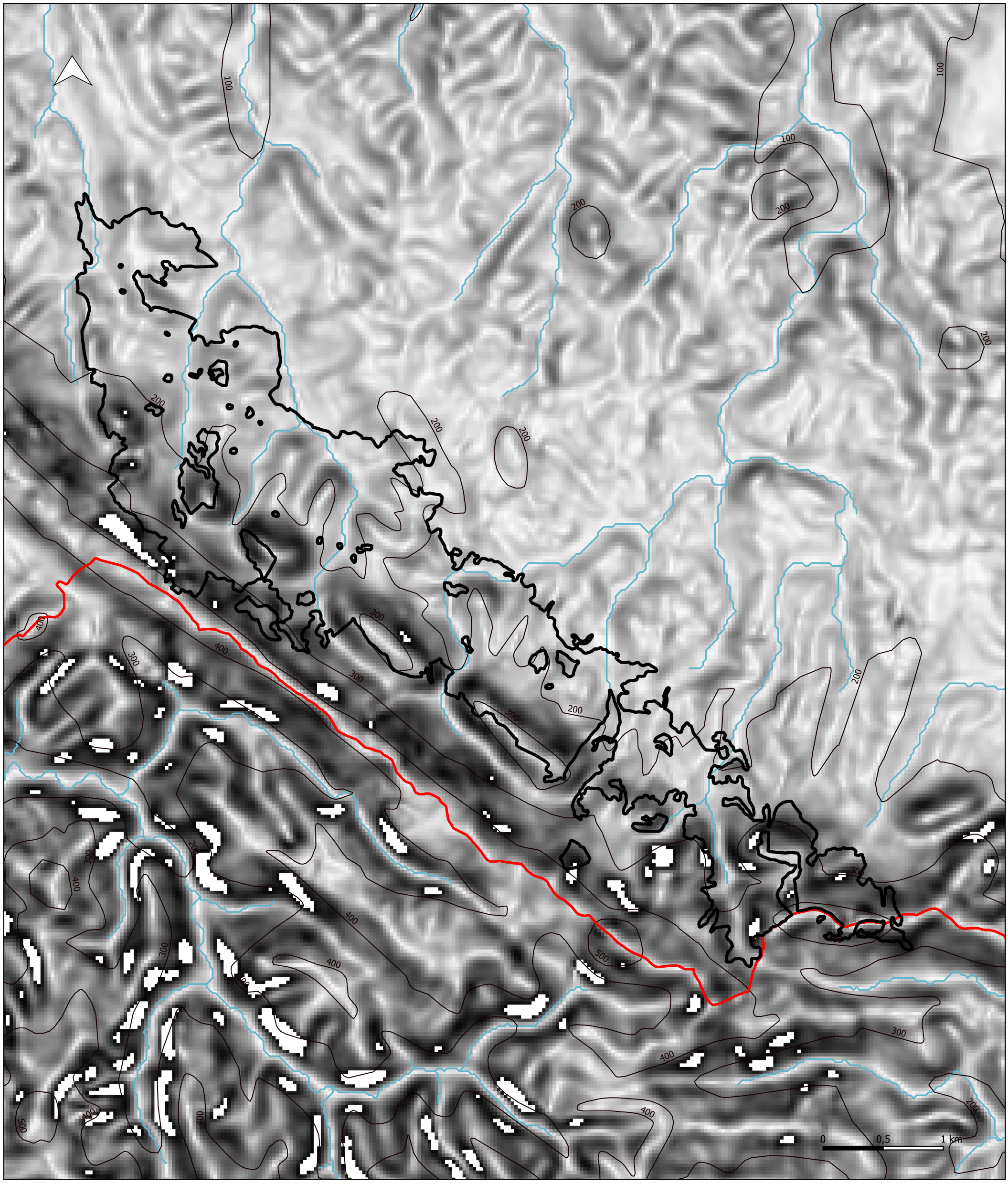
Perímetro incêndio

Altimetria da Shuttle Radar Topography Mission (SRTM) disponibilizada pelo serviço United States Geological Survey (USGS) e tratada para Portugal pelo Prof. José Alberto Gonçalves.

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de João Martins (Odemira)
(18-08-2021)
Carta altimétrica

Fonte: ICNF	Esc:1:30 000
Data: 31 de agosto 2021	**03-A3**



Legenda

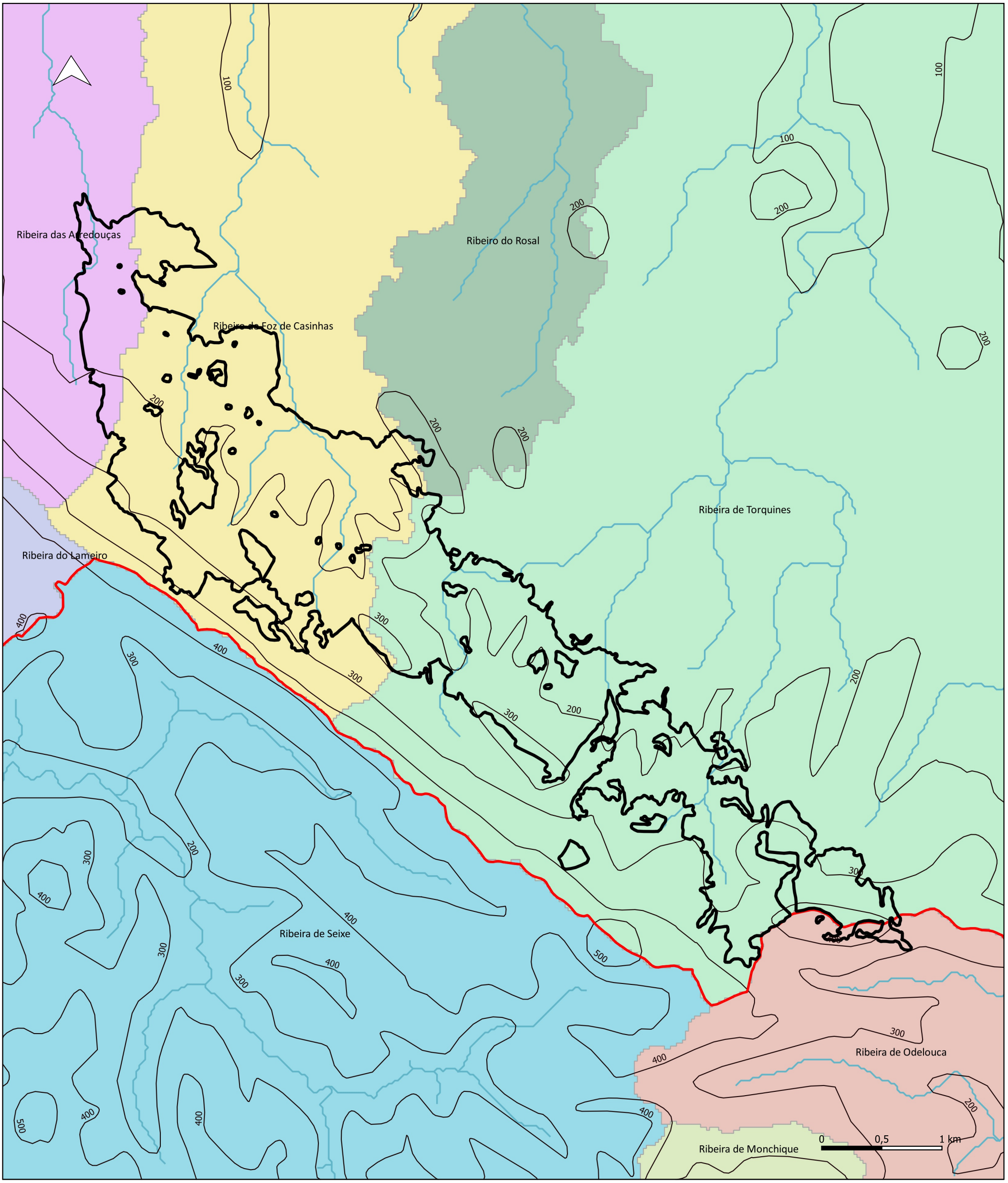
Declives (%)

- 0
- 5
- 10
- 15
- 20
- 25
- 30
- 35
- 40
- 45
- 50
- Curvas de nível (100m)
- Linhas de água
- Perímetro incêndio

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de João Martins (Odemira)
(18-08-2021)
Carta de declive

Fonte: Dados derivados ICNF (EEA)	Esc:1:30 000
Data: 31 de agosto 2021	**04-A3**



Legenda

Sub-bacias hidrográficas

- Ribeira das Arredouças
- Ribeira de Monchique
- Ribeira de Odelouca
- Ribeira de Seixe
- Ribeira de Torquines
- Ribeira do Lameiro
- Ribeiro de Foz de Casinhas
- Ribeiro do Rosal

Linhas de água | RPFGC planeada | Limite de concelho

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de João Martins (Odemira) (18-08-2021)
Carta de sub-bacias e RPFGC planeada

Fonte: ICNF	Esc:1:30 000
Data: 31 de agosto 2021	**05-A3**

0 0,5 1 km

Legenda

COS 2018
- Agrícola
- Azinheira
- Eucalipto
- Matos
- Outras folhosas
- Pastagens
- Pinheiro-bravo
- Pinheiro-manso
- Sobreiro
- Urbano
- Sítio de Interesse Comunitário de Monchique
- Zona de Proteção Especial de Monchique
- Perímetro incêndio

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de João Martins (Odemira) (18-08-2021)
Carta de ocupação do solo (COS2018) e Áreas Classificadas

Fonte: DGT e ICNF	Esc:1:30 000
Data: 31 de agosto 2021	**06-A3**

0 0,5 1 km

Legenda

Recorrência de incêndio (1975-2019)
- 1
- 2
- 3
- 4

Perímetro incêndio

Limite de concelho

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de João Martins (Odemira)
(18-08-2021)
Carta de recorrência de incêndio (1975-2019)

Fonte: ICNF	Esc:1:30 000
Data: 31 de agosto 2021	**07-A3**

0 0,5 1 km

Legenda

Perigosidade Conjuntural 2021

- Nula
- Muito baixa
- Baixa
- Média
- Alta
- Muito alta

Áreas com potencial para grandes incêndios

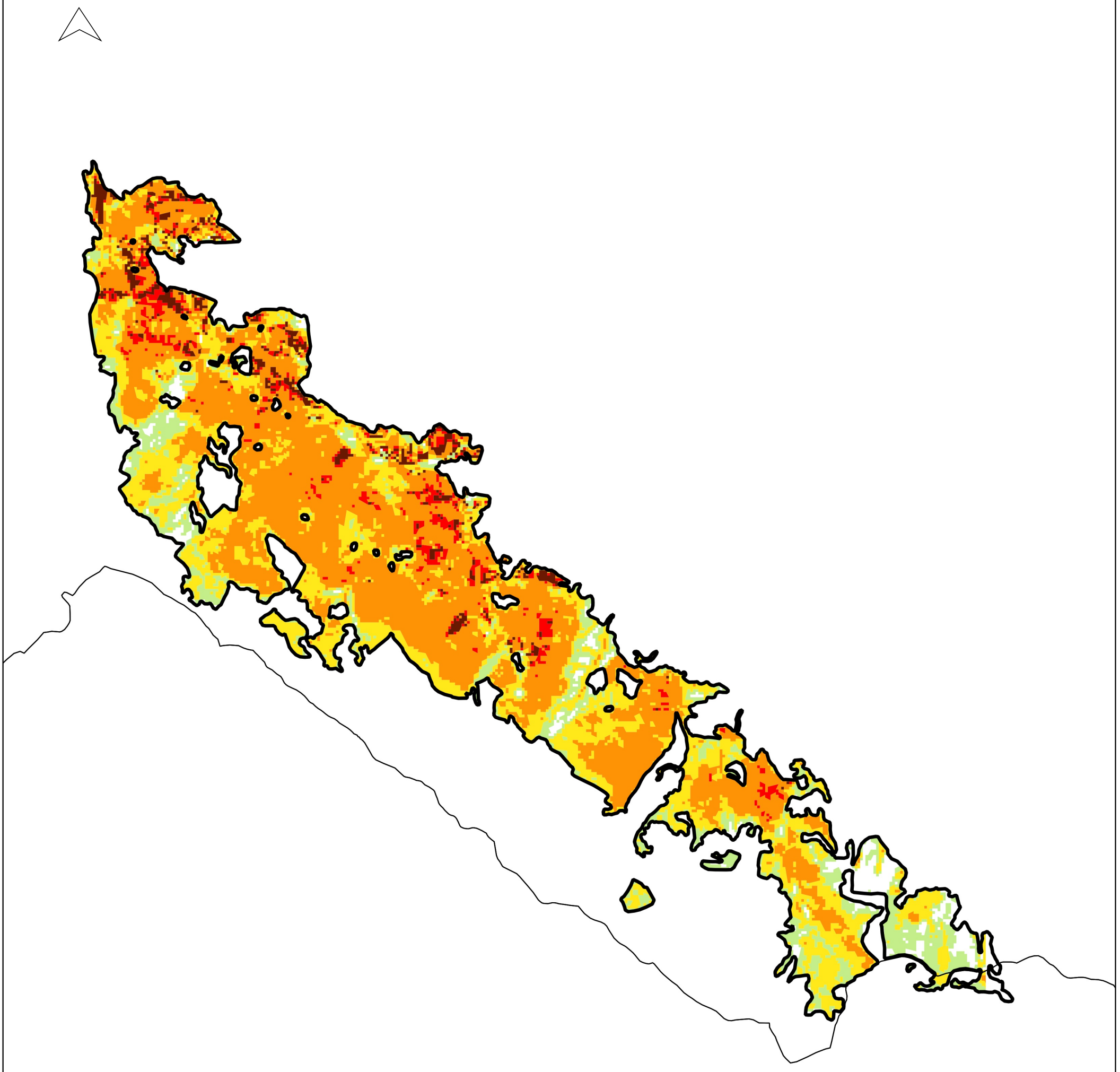
Perímetro incêndio

Limite de concelho

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de João Martins (Odemira)
(18-08-2021)
Carta de perigosidade de incêndio 2021

Fonte: ICNF	Esc:1:30 000
Data: 31 de agosto 2021	**08-A3**



Legenda

Severidade de incêndio - RdNBR (Sentinel2-1C)

- Severidade muito reduzida
- Severidade reduzida
- Severidade média
- Severidade elevada
- Severidade muito elevada

- Perímetro incêndio
- Limite de concelho

RdNBR utilizando os limiares das classes de severidade de Botella-Martínez y Fernández-Manso (3 classes) e a adaptação feita pela CTI no relatório de análise aos incêndios de Pedrógão e Góis, com a subdivisão da classe alta em alta, muito alta e extrema.

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de João Martins (Odemira) (18-08-2021)
Carta de severidade de incêndio (RdNBR)

Fonte: ICNF	Esc:1:30 000
Data: 31 de agosto 2021	**09-A3**

ANEXO II - Principal legislação e regulamentação aplicável

Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho Decreto-Lei n.º 15/2009, de 14 de janeiro Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro Decreto-Lei n.º 83/2014, de 23 de maio Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto Decreto-Lei n.º 10/2018, de 14 de fevereiro Decreto-Lei n.º 14/2019, de 21 de janeiro	Estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do **Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios**. Define o âmbito da **recuperação de áreas ardidas** (art.º 3.º, n.º 1, al. *x)*) e a obrigatoriedade da incorporação de medidas de recuperação no PNDFCI e no restante planeamento de DFCI (art.º 8 e art.º 11.º). No seu artigo 36.º estabelece normas relativas à remoção de materiais queimados numa faixa mínima de 25 m para cada lado das faixas de circulação rodoviária e relativas às ações de estabilização de emergência.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro	**Estratégia Nacional para as Florestas** (primeira atualização da Estratégia aprovada pela RCM n.º 114/2006, de 15 de setembro). A recuperação das áreas ardidas é abordada no âmbito da desertificação, do fomento do associativismo (ZIF) e da política de DFCI. Nos objetivos estratégicos definidos surge o "**A.9 – Recuperar e reabilitar os ecossistemas florestais afetados**", para o qual na Matriz Estratégica são definidos vários objetivos específicos e operacionais, incluindo-se nestes últimos: - Avaliar os incêndios com áreas superiores a 500ha tendo em vista a ponderação da recuperação de emergência; - Apoiar intervenções de restabelecimento de emergência após incêndio, com base nos relatórios produzidos pelo ICNF; - Recuperar povoamentos florestais em regeneração após incêndio.
Portaria n.º 134/2015, de 18 de maio Portaria n.º 394/2015, de 3 de novembro Portaria n.º 233/2016, de 29 de agosto Portaria n.º 249/2016, de 15 de setembro Portaria n.º 15-C/2018, de 12 de janeiro Portaria n.º 46/2018, de 12 de fevereiro Portaria n.º 105-A/2018, de 18 de abril Portaria n.º 111-A/2018, de 27 de abril Portaria n.º 237-B/2018, de 28 de agosto Declaração de Retificação n.º 30/2018, de 6 de setembro Portaria n.º 303/2018, de 26 de novembro Portaria n.º 42-B/2019, de 30 de janeiro Portaria n.º 48/2019, de 7 de fevereiro	Estabelece o regime de aplicação da operação 8.1.4 «**Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos**», ambas inseridas na ação 8.1 «Silvicultura Sustentável» da Medida 8 «Proteção e Reabilitação dos Povoamentos Florestais» do **Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020)**. Prevê, no âmbito da recuperação de áreas ardidas, o apoio às seguintes tipologias de intervenção: - Reflorestação de áreas afetadas e recuperação de infraestruturas danificadas (nível das explorações florestais); - Recuperação das infraestruturas danificadas, controlo da erosão, tratamento e proteção das encostas, prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água e diminuição da perda de biodiversidade (nível de escala territorial relevante).
Decreto-Lei n.º 44/2020, de 22 de julho	Regime jurídico do **programa de sapadores florestais**. Acrescenta uma nova alínea ao art.º 3.º relativa às funções dos sapadores em matéria de estabilização de emergência [após incêndio], incluindo controlo de erosão, desobstrução da rede viária e das linhas de água.
Despacho n.º 9716-A/2017, de 7 de novembro	Homologa a estrutura tipo da **Ficha de Identificação de Necessidades de Intervenção de Estabilização de Emergência Pós-Incêndio**, regulamentando o n.º 3 do art.º 36.º do Decreto-Lei n.º 124/2006.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2018, de 1 de março	Aprova a **Diretiva Única de Prevenção e Combate**, na qual se inclui a componente de recuperação das áreas ardidas. Atribui ao ICNF a definição das melhores medidas de recuperação pós-incêndio, a detalhar em diretiva própria. À AGIF devem ser comunicadas as ações realizadas, cabendo-lhe ainda o apuramento das perdas decorrentes dos incêndios.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2019, de 21 de janeiro	Aprova a **missão do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais** (SGIFR). Define como um dos elos da "cadeia de valor dos incêndios florestais" o designado "**Pós-evento**", que inclui "a reabilitação, operacionalizada pelo ICNF, nas áreas públicas sob sua gestão, pelos municípios e pelas pessoas singulares ou coletivas de natureza privada detentoras de espaços florestais e ainda pelas organizações de produtores florestais, pelas entidades gestoras de zonas de intervenção florestal e pelas entidades gestoras de baldios, e as lições aprendidas e melhoria contínua, responsabilidade de todas as entidades e confiada à coordenação da AGIF, em colaboração com todas as entidades do SGIFR".
Decreto-Lei n.º 43/2019, de 29 de março **Decreto-Lei n.º 46/2021, de 11 de junho**	**Nova orgânica do ICNF**, organismo da administração pública investido nas funções de autoridade florestal nacional e de autoridade nacional para a conservação da natureza. Através dos seus Estatutos e organização interna (dados pelas Portarias n.os 166/2019, de 29 de maio, e 136/2021, de 30 de junho, e pela Deliberação n.º 789/2019, de 17 de julho, está no âmbito de várias unidades orgânicas "avaliar, planear e promover a implementação dos planos de recuperação de gestão de áreas ardidas, considerando ações de reabilitação resultantes dos danos causados nos ecossistemas, incluindo a identificação da necessidade de ações de estabilização de emergência" e "Executar ações de estabilização de emergência e recuperação de áreas ardidas".
Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho	Aprova o **Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais**, o qual atribui ao ICNF a competência de definição das intervenções de estabilização e recuperação.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 71-A/2021, de 8 de junho	Aprova o **Programa Nacional de Ação (PNA) do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais**, o qual possui diversos projetos que incluem medidas, metas, etc., associados à recuperação de áreas ardidas. Neste âmbito salientam-se as disposições do Projeto "Recuperação pós-fogo e intervenção em áreas ardidas de mais de 500 ha em articulação com as entidades locais" – 2.1.1.3 preconizando (entre outros): - A elaboração de norma técnica de intervenção; - A elaboração de relatórios e fichas de intervenção na estabilização de emergência; - A elaboração de normas jurídicas específicas; - Criação de unidade especializada no ICNF; - A intervenção em todas as áreas ardidas maiores que 500 ha; - 450 000 ha recuperados até 2030.